

Aposentadorias / Cálculos: Regras de Transição e Regras Transitórias

PEC nº 06, de 2019 (Substitutivo do Relator na Comissão Especial)



52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR

NOVA PREVIDÊNCIA



```
graph LR; A[Regras Gerais dos RPPS] --> B[Regras de Transição]; B --> C[Regras Transitórias];
```

Regras Gerais dos RPPS

Regras de Transição

Regras Transitórias

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS GERAIS DOS RPPS

REGRAS GERAIS DOS RPPS

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 1º Os servidores serão aposentados:

- I - por incapacidade permanente para o trabalho, quando insuscetível de readaptação (...);
- II - compulsoriamente ao 70 anos ou aos 75 anos conforme lei complementar;
- III - voluntariamente, observados a idade, o tempo de contribuição e os demais requisitos e **critérios estabelecidos em lei do respectivo ente federativo.**

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 2º Os proventos de aposentadoria não poderão:

- ser **inferior ao valor mínimo** previsto no § 2º do ar. 201; ou
- **superiores ao limite máximo** estabelecido para o RGPS, observado o disposto nos §§ 14 a 16.

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria **serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.**

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, admitida, nos termos de lei do respectivo ente federativo, **exclusivamente a fixação de idade e tempo de contribuição diferenciados** para servidores:

- com deficiência;
- que exerçam atividade de risco;
- cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;
- ocupantes do cargo de professor.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

Para União:

- **com deficiência** = reconhecido por avaliação biopsicossocial;
- **que exerçam atividade de risco** = agente penitenciário, socioeducativo e policiais;
- **cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física** = efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, vedados a caracterização por categoria profissional ou ocupação e o enquadramento por periculosidade;
- **ocupantes do cargo de professor** = magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, podendo ser estabelecidas outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários na forma estabelecida pelo Regime Geral da Previdência Social.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 7º O benefício de pensão por morte **será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo**, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores de que trata o § 4º-B decorrente de agressão sofrida no exercício da função.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 8º - Reajustamento;

§ 9º - Contagem recíproca (reforço da compensação previdenciária);

§ 10 - Tempo fictício;

§ 11 - Limite remuneratório (art. 37, XI);

§ 12 - Aplicação, no que couber, das regras do RGPS;

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, **inclusive aos detentores de mandato eletivo**, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **instituirão**, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 15 - Plano benefícios na modalidade contribuição definida e ofertado por meio de entidade aberta ou fechada de previdência complementar;

§ 16 - Somente mediante opção poderá ser aplicado o regime de previdência complementar ao servidor que tenha ingressado antes da implementação;

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 17. Os critérios de atualização dos valores de remuneração utilizados para cálculo de benefício no âmbito de regime próprio de previdência social **serão definidos em lei do respectivo ente federativo.**

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas por regime próprio de previdência social **que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social** e, se demonstrado deficit atuarial do respectivo regime, na forma da lei complementar de que trata o § 22, a contribuição alcançará inclusive os valores que superem um salário mínimo

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade **poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo**, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora deste regime em cada ente federativo, **abrangidos todos os poderes, os órgãos e as entidades autárquicas e fundacionais**, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

§ 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, **normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão**, dispondo, entre outros aspectos, sobre:

REGRAS GERAIS DOS RPPS

- I - requisitos para sua extinção;
- II - modelo de apuração dos compromissos e seu financiamento, de arrecadação, de aplicação e de utilização dos recursos;
- III - fiscalização pela União e controle externo e social;
- IV - definição de equilíbrio financeiro e atuarial;
- V - condições para instituição do fundo com finalidade previdenciária de que trata o art. 249 e para vinculação a ele dos recursos provenientes de contribuições e dos bens, direitos e ativos de qualquer natureza;

REGRAS GERAIS DOS RPPS

- VI - medidas de prevenção, identificação e tratamento de riscos atuariais;
- VII - mecanismos de equacionamento do deficit atuarial e de tratamento de eventual superavit;
- VIII - estruturação, organização e natureza jurídica do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência;

REGRAS GERAIS DOS RPPS

IX - condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime;

X - condições para adesão a consórcio público;

XI - parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

REGRAS GERAIS DOS RPPS

Art. 167.

XII - na forma estabelecida na lei complementar de que trata o § 22 do art. 40, a **utilização de recursos de regime próprio de previdência social**, incluídos os valores integrantes dos fundos previstos no art. 249, **para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo vinculado àquele regime e das despesas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento;**

REGRAS GERAIS DOS RPPS

XIII - a transferência voluntária de recursos pela União, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios **na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.**

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR

DIREITO ADQUIRIDO

DIREITO ADQUIRIDO

Art. 3º A concessão de aposentadoria ao servidor público federal vinculado a regime próprio de previdência social e ao segurado do Regime Geral de Previdência Social e de pensão por morte aos respectivos dependentes **será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional**, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRAS GERAIS DOS RRPS

Art. 9º Até que entre em vigor lei complementar que discipline o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, **aplicam-se aos regimes próprios de previdência social o disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e o disposto neste artigo.**

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRAS GERAIS DOS RRPS

§ 1º O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de **garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente**, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, **evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.**

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRAS GERAIS DOS RRPS

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União**, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui deficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, **não será considerada como ausência de deficit a implementação de segregação da massa de segurados ou a previsão em lei de plano de equacionamento de deficit.**

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRAS GERAIS DOS RRPS

§ 6º A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal **deverão ocorrer no prazo máximo de dois anos da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.**

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRAS GERAIS DOS RRPS

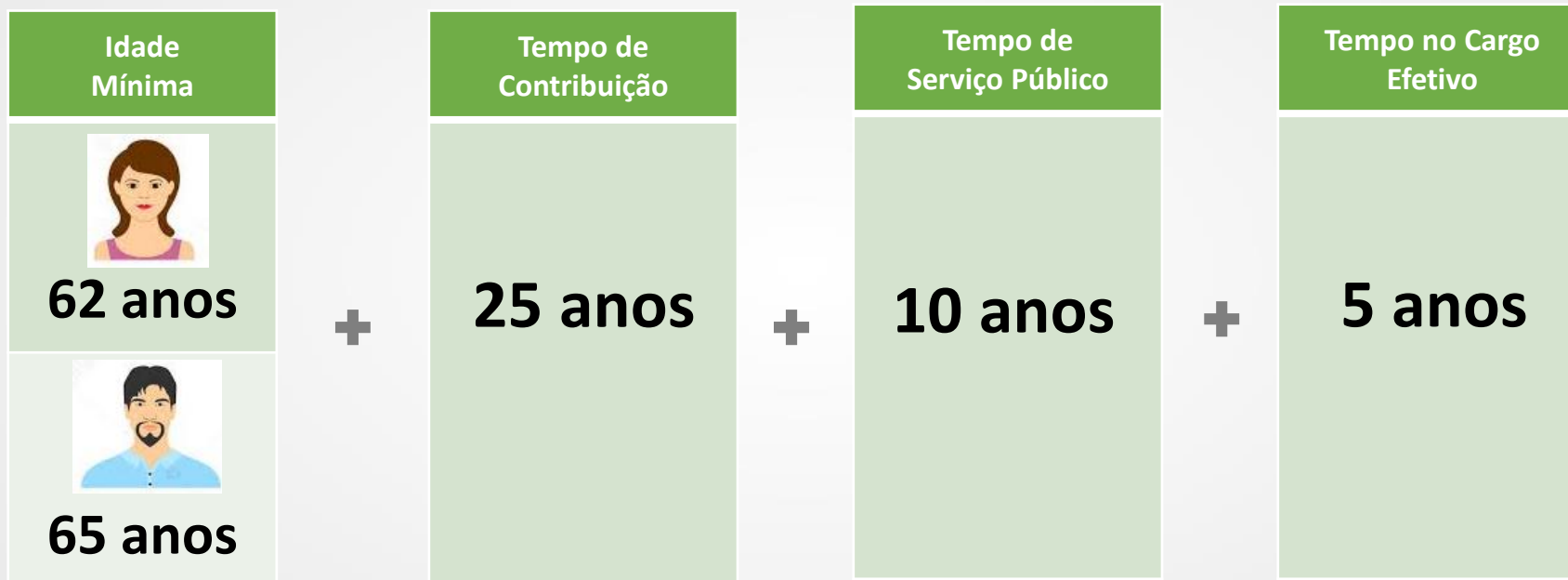
§ 7º Os regimes próprios de previdência social **poderão aplicar parte de seus recursos por meio de concessão de empréstimos a seus segurados**, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS TRANSITÓRIAS

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES FEDERAIS EM GERAL



REGRAS TRANSITÓRIAS

OUTRAS APOSENTADORIA DOS SERVIDORES FEDERAIS

Por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação; ou

Compulsoriamente, aos 70 ou 75 anos, na forma de lei complementar.

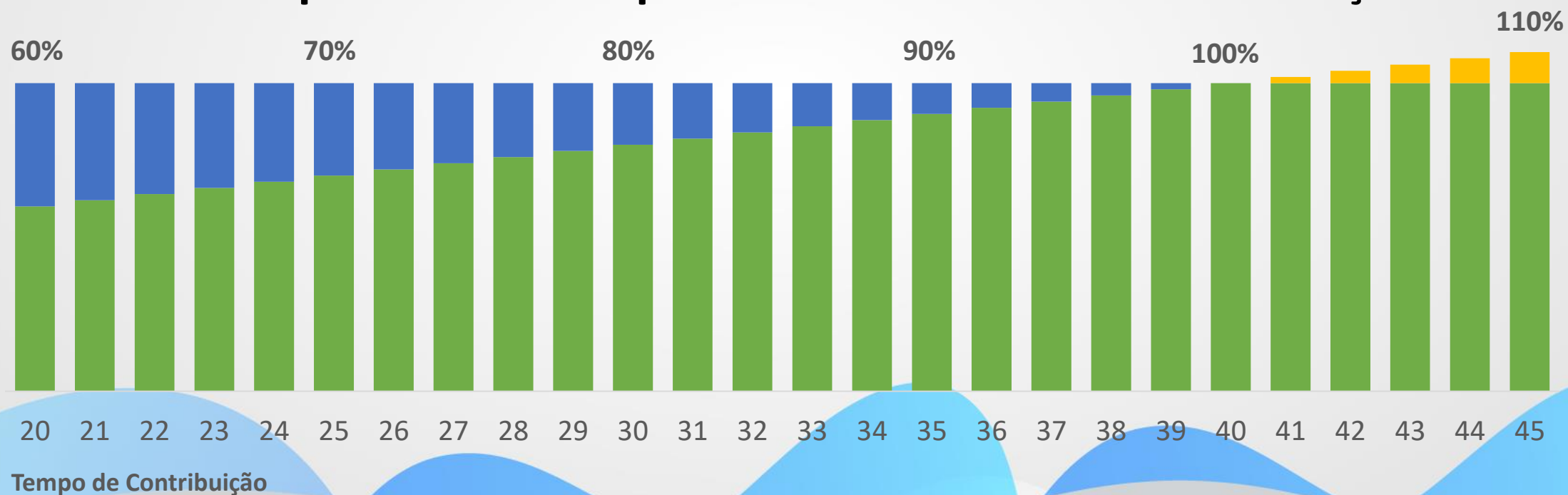
52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS TRANSITÓRIAS

REGRA DE CÁLCULO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Corresponderão a **60% da média** de todas as remunerações desde julho/1994, **acrescidos de 2% para cada ano que exceder 20 anos** de contribuição.



52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR



REGRAS DE TRANSIÇÃO

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO 1

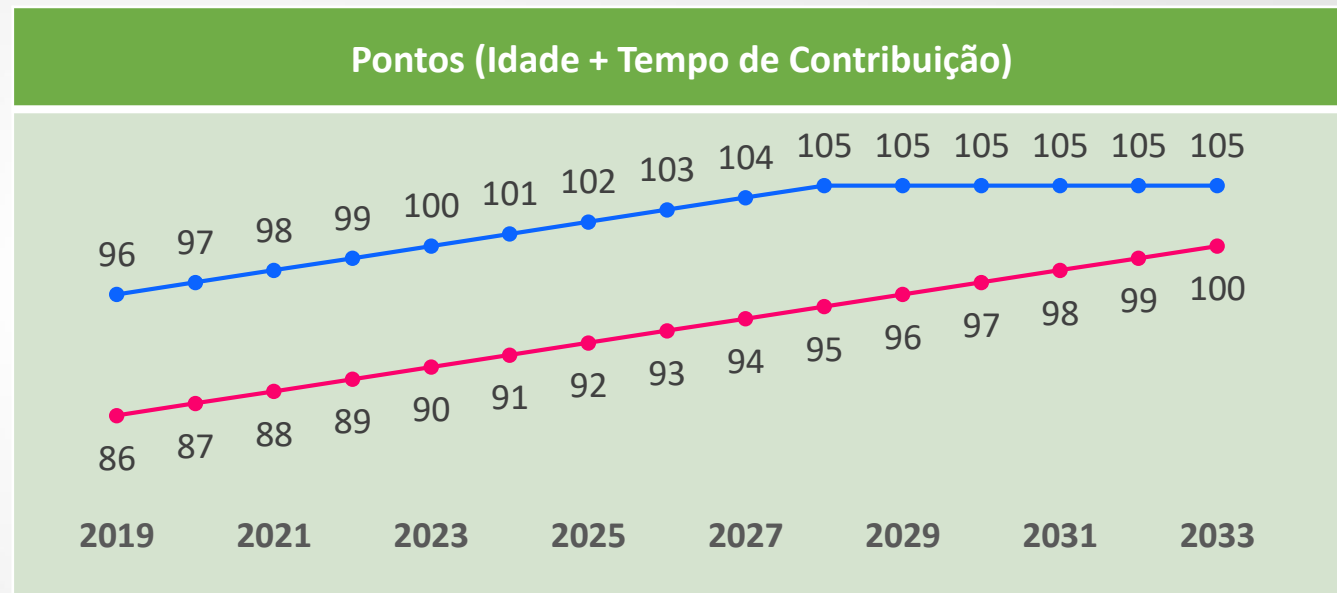
APOSENTADORIA DOS SERVIDORES FEDERAIS EM GERAL

Idade Mínima	Tempo de Contribuição
<div>6162</div> <div>20192022</div>	<div></div> <div>35 anos</div>
<div>5657</div> <div>20192022</div>	<div></div> <div>30 anos</div>

+

Tempo de Serviço Público	Tempo de Cargo
20 anos	5 anos

+



52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO 2

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES FEDERAIS EM GERAL

Idade Mínima		Tempo de Contribuição		Tempo de Serviço Público		Tempo no Cargo Efetivo		Pedágio
 57 anos	+	30 anos	+	20 anos	+	5 anos	+	100% do tempo que falta para atingir o tempo mínimo de contribuição
 60 anos		35 anos						

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REGRA DE CÁLCULO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Ingresso	Regra de Transição	Regra de Cálculo
Até 31/12/2003	1 - Pontos (86/96)	Totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 4º, desde que se aposente aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
	2 - Pedágio	Totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 4º.

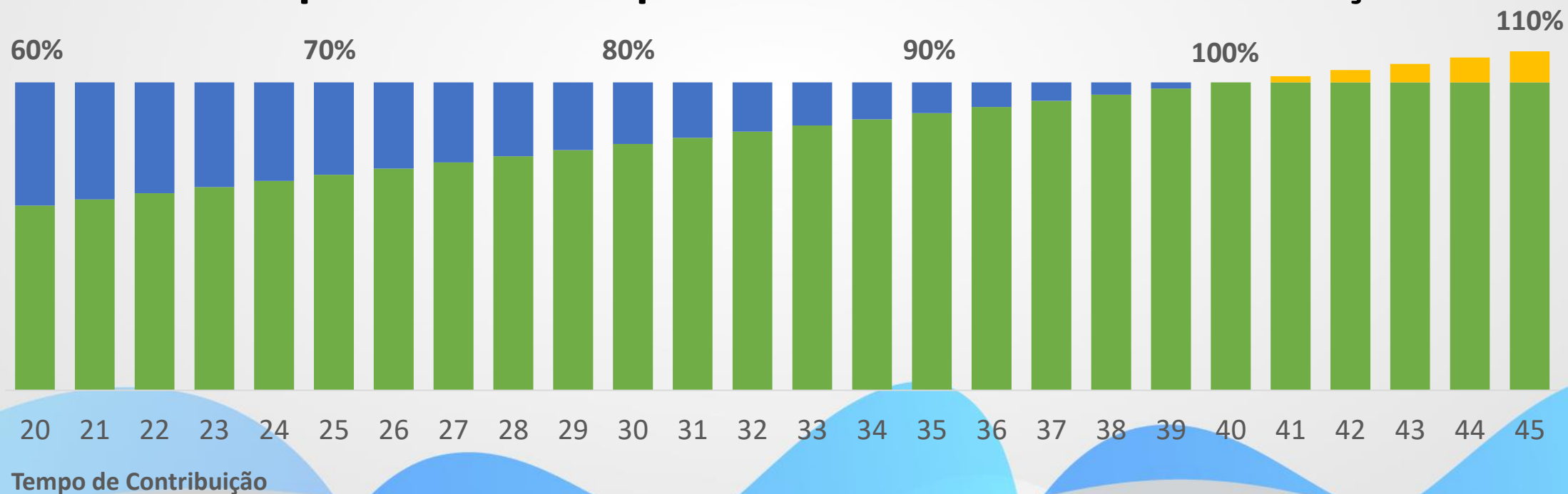
52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REGRA DE CÁLCULO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Corresponderão a **60% da média** de todas as remunerações desde julho/1994, **acrescidos de 2% para cada ano que exceder 20 anos** de contribuição.



52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM
FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REAJUSTAMENTO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Regra de Cálculo	Regra de Cálculo
Integralidade	De acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.
Média	Nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

EXEMPLOS

	Hoje	Regra Atual	Transição 1 (Média)	Transição 1 (Integralidade)	Transição 2
	2019	2020	2021 (88 pontos)	2026	2021
Idade	55 anos	56 anos	57 anos	62 anos	57 anos
Tempo de Contribuição	29 anos (1990)	30 anos	31 anos	36 anos	31 anos (1 ano de pedágio)

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

EXEMPLOS

	Hoje	Regra Atual	Transição 1 (Média)	Transição 1 (Integralidade)	Transição 2
	2019	2022	2025 (92 pontos)	2029	2024
Idade	52 anos	55 anos	58 anos	62 anos	57 anos
Tempo de Contribuição	28 anos (1991)	31 anos	34 anos	38 anos	33 anos (2 anos de pedágio)

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

EXEMPLOS

	Hoje	Regra Atual	Transição 1 (Média)	Transição 1 (Integralidade)	Transição 2
	2019	2029	2036 <i>(100 pontos)</i>	2039	2034
Idade	42 anos	52 anos	59 anos	62 anos	57 anos
Tempo de Contribuição	24 anos <i>(1995)</i>	34 anos	41 anos	44 anos	39 anos <i>(6 anos de pedágio)</i>

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

EXEMPLOS

	Hoje	Regra Atual	Transição 1 (Média)	Transição 1 (Integralidade)	Transição 2
	2019	2034	2039 <i>(105 pontos)</i>	2042	2037
Idade	42 anos	57 anos	62 anos	65 anos	60 anos
Tempo de Contribuição	24 anos <i>(1995)</i>	39 anos	44 anos	47 anos	42 anos <i>(6 anos de pedágio)</i>

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

EXEMPLOS

	Hoje	Regra Atual	Transição 1 (Média)	Transição 1 (Integralidade)	Transição 2
	2019	2021	2025 <i>(102 pontos)</i>	2028	2023
Idade	56 anos	58 anos	62 anos	65 anos	60 anos
Tempo de Contribuição	35 anos <i>(1984)</i>	37 anos	41 anos	44 anos	39 anos <i>(sem pedágio)</i>

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM

FOZ DO IGUAÇU/PR

REGRAS DE TRANSIÇÃO

EXEMPLOS

	Hoje	Regra Atual	Transição 1 (Média)	Transição 1 (Integralidade)	Transição 2
	2019	2045	2048 <i>(105 pontos)</i>	-	2063
Idade	34 anos	60 anos	63 anos	-	78 anos
Tempo de Contribuição	13 anos <i>(2006)</i>	39 anos	42 anos	-	57 anos <i>(22 anos de pedágio)</i>

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DOS SERVIDORES FEDERAIS

§ 8º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria que tenham fundamento no disposto no inciso I do § 6º, **o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei de cada ente federativo, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:**

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DOS SERVIDORES FEDERAIS

I - se o cargo estiver **sujeito a variações na carga horária**, o valor das rubricas que refletem essa variação integrarão o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e **considerará a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;**

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DOS SERVIDORES FEDERAIS

II - se as **vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis**, por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor destas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, **estabelecido pela média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria** ou ao tempo total de instituição da vantagem, que será aplicada sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis.

REGRAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 39.

§ 9º É **vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário** ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Art. 13. Ficam transformadas em vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeitas exclusivamente a reajustes gerais, quaisquer parcelas remuneratórias ou complementação de aposentadorias e pensões concedidas até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional em desacordo com o disposto no § 15 do art. 37 ou no § 9º do art. 39 da Constituição Federal.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DOS ENTES FEDERADOS

§ 9º Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios **editar regras de transição especificamente aplicáveis a seus servidores na eventual superveniência de alterações das regras que disciplinam os respectivos regimes próprios de previdência social** em decorrência do disposto nesta Emenda Constitucional.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DOS ENTES FEDERADOS

Art. 38. Esta Emenda Constitucional entrará em vigor:

.....

II - para os regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **na data de publicação de lei de iniciativa privativa do respectivo Poder Executivo**, que refere integralmente:

- a) as alterações produzidas pelo art. 1º no § 18 do art. 40 da Constituição Federal;
- b) o art. 12, a alínea “a” do inciso I e os incisos III e IV do art. 37.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DOS ENTES FEDERADOS

§ 1º A lei de que trata o inciso II do caput **não produzirá efeitos anteriores à data de sua publicação.**

§ 2º A legislação anterior à data de publicação desta Emenda Constitucional no âmbito dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios a respeito das matérias elencadas no inciso II do caput **será aplicada até a data de publicação da lei nele prevista.**

52º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM FOZ DO IGUAÇU/PR



Leonardo da Silva Motta

Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal



atendimento.rpps@previdencia.gov.br



Obrigado!

Realização:



ABIPEM
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES
DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Organizador:



APEPREV
Associação Paranaense das Entidades
Previdenciárias do Estado e dos Municípios

Apoio:



SPREV
Secretaria de Previdência
Subsecretaria dos
Regimes Próprios de Previdência Social